



CONSIDERAÇÕES SOBRE CLASSE E LUTA DE CLASSES NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DOS MARINHEIROS (1962-1964)

ROBERT WAGNER PORTO DA SILVA CASTRO*

Considerações Iniciais

Em se tratando de um tema ainda tão “vivo” na história de nosso país; o golpe civil-militar de 1964 e os anos que o antecederam na década de 1960, caracterizados por intensa efervescência política e social; vem cada vez mais sendo objeto de estudo na área da historiografia. Neste sentido, no presente trabalho serão apresentadas algumas considerações concernentes aos conceitos de classe e luta de classes e sua aplicabilidade no contexto da mobilização dos marinheiros. Para tanto, será estabelecido um debate a partir de posicionamentos de alguns teóricos e historiadores sobre os referidos conceitos. Debate este que será fundamentado nas concepções de Marx acerca do conceito de classe e seu processo de formação. Em um primeiro momento, será apresentado “o marinheiro” da Marinha de Guerra Brasileira, enquanto elemento integrante de um segmento específico dentro categoria militar. E ainda historiarei brevemente¹ sobre a mobilização ocorrida entre os anos de 1962 e 1964 e suas “raízes históricas”. Em seguida, buscarei estabelecer um debate sobre a aplicabilidade dos conceitos de classe e luta de classes – a partir dos posicionamentos teóricos de alguns autores – para o entendimento da mobilização daqueles militares durante o contexto político social tensionado dos anos iniciais da década de 1960, bem como, do processo que levou esses militares das graduações iniciais² da Marinha a se organizarem, uma vez mais, para alcançar objetivos comuns ao seu segmento. Por fim, apresentarei algumas considerações sobre a necessidade de avançar na

* Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense – UFF e aluno do curso de Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas – PPGH/UFPel.

¹ Uma vez que não é este o escopo principal do presente trabalho.

² Conforme Art. 3º do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, as graduações iniciais na Marinha do Brasil são “taifeiros”, “grumetes”, “marinheiros” e “cabos”. Sendo que de acordo com o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, em termos hierárquicos as graduações de “marinheiro” e “soldado fuzileiro naval” se equivalem, contando a antiguidade pelo tempo na referida graduação. No presente trabalho estes militares serão nominados como marinheiros apenas, sem diferenciação entre graduações, aludindo apenas aos militares acima especificados.

reformulação e readequação dos referidos conceitos, especialmente no que tange a sua aplicabilidade para a compreensão de um cenário social em que as relações de trabalho e produção se apresentam cada vez mais dinâmicas.

Os marinheiros e sua mobilização (1962-1964)

Os marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira constituem um segmento específico dentro das Forças Armadas, pois, são militares que exercem uma atividade marinheira, da qual são depositários de suas tradições e costumes, que em dados momentos transcendem aspectos ligados à própria regionalidade. Atividade esta, que os distingue significativamente dos demais militares das outras forças, tendo em vista o local onde a desempenham, ou seja, a bordo dos navios de guerra. Espaço este que tem a característica de constituir-se, de maneira simultânea, enquanto local de trabalho e moradia para esses militares, principalmente durante os longos períodos no mar. Tornando-se assim, um microcosmo onde são estabelecidas relações sociais de diversas naturezas, especialmente relações de trabalho. As quais, pelas características mencionadas acima, se tornam ainda mais significativas para a compreensão das mobilizações de marinheiros ocorridas na Marinha do Brasil.

Ocupando espaços na sociedade, que são comumente relacionados a aspectos depreciativos da condição humana, e carregando a marca de um passado em que eram recrutados entre delinquentes e submetidos a castigos corporais, os marinheiros também enfrentavam o preconceito no meio civil. Em parte, isto se deve às características muito comuns ao *locus* portuário, ambiente este muito frequentado pelos marinheiros, onde atividades como a prostituição, o consumo excessivo de álcool e a violência estavam muito presentes. Neste cenário, expostos a uma situação de fragilidade social, aqueles militares, sobretudo os recém-

chegados à cidade do Rio de Janeiro – onde se encontrava a maior parte do contingente da Marinha³ – muitas vezes se envolviam com vícios como o jogo e o alcoolismo.

Neste sentido, o ex-marinheiro, doravante nominado “Entrevistado A”⁴, nos apresenta algumas das dificuldades enfrentadas por aqueles militares, que mais tarde suscitariam demandas por parte da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e dos próprios marinheiros junto à alta administração naval:

[...] Aí fomos embora pro Rio, cheguei no Rio...nós não podia casar. Aí também é outra parte que eu vou chegar. Nós não podia casar, marinheiro não podia casar. Até porque o dinheiro não tinha como casar. Bom, aí fui pro Rio...Aí morava a bordo. Não tinha como pagar aluguel! Morava a bordo, no Barroso.

E mas aí depois, passou um tempo, o meu irmão alugou um barraco lá no Santo Cristo⁵ (Grifo meu), ali perto da Central. Aí alugou, alugou um quarto lá. E aí, aí comecei, aí morava com ele. Ficava mais a bordo do que, do que no quarto. Bom, e aí por causa disso e de outras coisas mais, como por exemplo o salário. O salário que era, não chegava a salário mínimo, entende? Era o salário e outras coisas mais que eles prometeram que iam criar, foi fundada a associação pra reivindicar esse tipo de coisa. O salário, o casamento. Por que quando nós chegamos no Rio, marinheiro era marginalizado. Por quê? O cara com o que ganhava como é que ia procurar mulher? Não tinha condições! O que que o cara fazia? O cara vivia ali, na Central do Brasil. E ali tava sempre cheio de vagabunda. E o marinheiro ia ir aonde? Se metia sempre no meio das vagabunda ali entendeu! O nosso meio social, de quem não era de lá, de quem não tinha família lá, era tá no meio das vagabunda ali. [...]

³ Isto se deve ao fato de que, era naquela cidade e em sua região metropolitana que se encontrava concentrada a maior parte das organizações militares da força naval, bem como, a sede da Esquadra Brasileira, onde se localizavam seus maiores navios de guerra.

⁴ Entrevista realizada pelo autor em 21 de novembro de 2013. A mesma foi concedida sob a condição de anonimato perpétuo quanto à divulgação da identificação do entrevistado em artigos, dissertações ou quaisquer trabalhos que possam ser publicados. Natural da cidade de Pelotas-RS, “Entrevistado A” ingressou na Marinha no ano de 1959 em Santa Catarina, de onde, após conclusão do curso de formação de marinheiros, foi designado para servir a bordo de um navio na cidade do Rio de Janeiro. Esteve presente na assembleia da AMFNB realizada em 25 a 27/03/64, tendo sido expulso da força naval naquele mesmo ano e preso anos mais tarde, já em sua cidade natal, sob a acusação de subversão.

⁵ Bairro situado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades da Estação Ferroviária Central do Brasil. Esta localidade se destacava pela significativa concentração de um contingente populacional de baixa renda.

O trecho da narrativa acima evidencia a situação de fragilidade social em que se encontravam muitos marinheiros à época, na cidade do Rio de Janeiro. Essa situação contribuía para que a imagem do marinheiro fosse constantemente associada a do elemento relacionado à malandragem, vícios, brigas, farras e ao pouco desenvolvimento intelectual. Não diferindo da concepção popular acerca do *locus* portuário, como já mencionado anteriormente, e as atividades profissionais que tinham neste espaço o seu ambiente de trabalho, lazer e moradia. Considerando que, conforme o trecho da narrativa de “Entrevistado A” nos apresenta, muitos marinheiros moravam em bairros da zona portuária da urbe fluminense e outros a bordo dos navios em que eram lotados. Deste modo, se construiu um preconceito em relação aqueles militares, que ultrapassava os limites da força naval, como exposto pelo historiador Flávio Rodrigues:

Sua imagem, aos olhos dos paisanos [...] correspondia em geral ao estereótipo do indivíduo desgarrado e de moralidade duvidosa, frequentador de prostíbulos e violento, toxicômano e alcoólatra: [...] por vezes, as mulheres mudassem de lugar nos ônibus, quando um marinheiro sentava-se ao seu lado [...] para não serem “confundidas”. (RODRIGUES, 2004: 60)

O posicionamento de Flávio Rodrigues corrobora o relato do “Entrevistado A” a cerca do aspecto marginal conferido aos marinheiros no seio da sociedade, mais especificamente, no Rio de Janeiro:

[...] as famílias não aceitava marinheiro. Deus o livre que uma moça fosse namorar um marinheiro! De jeito nenhum! Eu tinha, eu arrumei uma namorada em Copacabana, ela era empregadinha em Copacabana, o dia que eu disse pra ela que eu era marinheiro, terminou o namoro, na mesma hora, ela nunca mais! Então, agente na realidade agente era marginalizado. [...]

Diante do exposto, e, considerando que oficiais e praças necessariamente dividiam esse microcosmo que é uma belonave, cabe ressaltar o “abismo social” que os separavam no contexto do movimento de 1964. Quando praças das graduações iniciais passaram a revindicar – através de

sua Associação – melhorias nas condições de trabalho, bem como, apresentar demandas sociais e por direitos civis. Em sua gênese, a AMFNB – fundada em março de 1962 com sede na cidade do Rio de Janeiro – tentava diminuir a acentuada diferença social existente entre oficiais e praças na Marinha. Tal tentativa se materializava em ações de caráter assistencial, empreendidas junto aos associados e suas famílias, tais como: assistência médica e jurídica, desenvolvimento de projetos de incentivo à educação com parcerias que proporcionavam o acesso às salas de aula, cursos de etiqueta básica, cursos de inglês, atividades recreativas (bailes, futebol e passeios pela cidade), amparo aos soldados e grumetes recém “embarcados” na Marinha (principalmente aqueles oriundos de outros estados do país) e ajuda aos marinheiros que desejassem abandonar vícios como o jogo e o alcoolismo. Essa situação contrastava com a realidade da oficialidade naval, cujo condicionamento cultural e intelectual, durante o curso de formação, visava prepará-los para representar o Brasil no exterior por ocasião das constantes viagens que realizaria durante sua carreira. Esse cenário de contrastes se agudiza, tendo em vista a origem da maioria dos praças da força naval, que diferentemente da maioria dos oficiais, eram oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade.

Deste modo, fundamentado na prática das relações de trabalho e dominação estabelecidas entre oficiais e praças, bem como, nas experiências sociais de cada indivíduo inserido nesse “pequeno universo” no qual se constitui a Marinha. É possível perceber um conflito social que potencializou a construção da identidade de um segmento social específico dentro da força naval. Na medida em que, segundo Kathryn Woodward (2014: 13), a identidade de um determinado grupo é relacional, ou seja, constitui-se a partir da relação e da diferença relativa a outras identidades e também se vincula a aspectos e condições sociais e materiais. Condições estas que estavam no cerne da mobilização dos marinheiros desde a fundação de sua associação em 1962. Desta maneira podemos perceber que a partir de uma condição de subordinação, a que estavam submetidos pela própria hierarquia militar, os marinheiros identificaram pontos de interesse entre si e diferenças em relação à oficialidade. Diferenças estas, que não se atinham à subordinação militar, mas evidenciavam-se na negação de alguns direitos

civis e garantias sociais, além das condições de trabalho a bordo dos navios. Esse processo de identificação propiciou uma significativa aproximação entre aqueles militares, a ponto dos mesmos passarem a constituir uma associação – mesmo contrariando a alta administração naval – a qual o historiador Thomas Skidmore classifica como uma entidade de classe ou, em suas palavras, como “um sindicato que exigiria melhoria de condições de trabalho” (2003: 358) durante os tensionados anos iniciais da década de 1960, já no governo do presidente João Goulart. Ou seja, no entendimento de Maria Aurora Rabelo, aqueles marinheiros experimentaram sua cotidianidade e decidiram (1992: 73) buscar maneiras de mudar ou ao menos melhorar sua realidade na Marinha.

Nesse contexto, no entendimento do ex-marinheiro Antônio Duarte, o conflito que se evidenciava no seio da força naval brasileira, seria “originado na estrutura envelhecida da Marinha, como se a instituição tivesse o direito de fazer do soldado uma propriedade semelhante a que se tinha na época da escravidão” (DUARTE, 2005: 93). No entendimento do ex-marinheiro Avelino Capitani (1997: 17), o referido conflito teve suas origens fundadas nas características específicas da força naval brasileira:

A Marinha tem características diferentes das demais Forças Armadas, pois sua estrutura social não acompanhou seu desenvolvimento tecnológico. Aí temos o fundo da questão, que é político-social e geradora de todos os fatos posteriores. A Marinha evoluiu tecnicamente por necessidade, mas manteve o marinheiro na antiga e arcaica estrutura social de mando, sufocando problemas e reivindicações de quase um século. A velha ordem imperial persistia na Marinha apesar do progresso da humanidade. (CAPITANI, 1997: 17)

Com perfil combativo e politizado, Antônio Duarte e Avelino Capitani tiveram destacada participação no movimento dos marinheiros, sobretudo na composição da segunda diretoria da AMFNB eleita em abril de 1963. Em suas memórias, no que concerne à condição de vida e às relações estabelecidas com a oficialidade, tanto Duarte quanto Capitani, estabeleceram uma relativa semelhança entre o que vivenciaram na Marinha e a realidade escravista brasileira.

Esta aproximação entre duas realidades distintas está relacionada às demandas dos marinheiros e não propriamente às características do trabalho escravo, que não existia na Marinha durante o recorte temporal abordado no presente trabalho. Os baixos salários, a acentuada diferença social existente entre oficiais e praças, associados ao rigoroso regulamento disciplinar que os impedia de contrair matrimônio⁶ e de trajar roupas civis quando em folga fora de suas residências⁷, nos confere um melhor entendimento acerca da construção das narrativas de memórias desses dois ex-militares sobre suas experiências de vida na Marinha.

Desse modo, é possível perceber que um conflito social interno à força naval brasileira, no contexto turbulento do governo Goulart, transpassou as “bordas” daquela instituição e tornou-se público. Especialmente a partir da vitória nas eleições internas da AMFNB – realizadas em abril de 1963 – de um grupo mais combativo para a diretoria, cujo presidente era o marinheiro de 1ª classe José Anselmo dos Santos⁸ que indicava a tendência do combate na arena política para alcançar as mudanças desejadas. Postura esta favorecida pelo cenário de efervescência política vigente no país durante o período em tela.

Com a ascensão deste grupo, liderado pelo “cabo” Anselmo, à direção da AMFNB, o distanciamento entre o Conselho do Almirantado⁹ e o movimento dos marinheiros tendeu a aumentar. Pois, aquele exigia que a associação alterasse seu estatuto, dele escoimando tudo que não dizia respeito a problemas de natureza cívica, cultural, beneficente e desportiva; para que assim pudesse ser reconhecida pela alta administração naval e deste modo pudesse recolher as mensalidades de seus associados diretamente em folha de pagamento. Da mesma maneira como a Associação dos Taifeiros da Armada¹⁰ (ATA) procedia junto ao seu quadro de associados. A diretoria da AMFNB por sua vez, rejeitava este discurso. E cobrava em assembleias e manifestações em atos políticos a reformulação do Regulamento Disciplinar para a Marinha,

⁶ Item 52 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

⁷ Item 39 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

⁸ Conhecido como “cabo” Anselmo.

⁹ Órgão consultivo da administração naval, então composto por todos os oficiais gerais efetivos do Corpo da Armada, conforme o Regulamento do Conselho do Almirantado.

¹⁰ Fundada em 2 de julho de 1959 e reconhecida desde então pela administração naval.

melhores salários e condições de serviço, o reconhecimento de sua associação pela força naval, a estabilidade na carreira, direito ao voto e ao casamento, além de poder usar trajes civis nos horários de folga. Nas palavras do ex-integrante da Associação, Paulo Fernando¹¹, as respostas da alta administração que os marinheiros esperavam para as suas demandas, encontravam na associação uma possibilidade de alcançá-las ou ao menos de obter apoio diante das dificuldades enfrentadas na Marinha. Como é possível observar no trecho da entrevista concedida pelo ex-militar:

[...] Então a associação pra quem queria algo diferente na Marinha, poder estudar, ela dava uma...(frase incompleta) Só que as reivindicações, nós não podia andar civil na rua, era umas das reivindicações era andar civil. Por que depois da meia noite, mesmo fardado, mesmo fardado não podia estar depois da meia noite na rua. Chega o camburão e vinha com a escolta de fuzileiros e recolhia. Eu mesmo fui recolhido duas vezes pro presídio naval e depois no outro dia de manhã era liberado entendeu? Então era uma série de regras, você não podia casar, o pessoal não podia, era proibido casar. Então tinha uma série de reivindicações que a associação fazia, servir, por exemplo em locais de origem. [...]

Diferentemente do ocorrido na Revolta da Chibata (1910), quando marinheiros pegaram em armas contra a oficialidade para alcançar o atendimento de suas reivindicações, no movimento de 1964 se utilizaram a arena política, por intermédio de sua associação, para, em um primeiro instante buscar espaço de negociação com a alta administração naval. E em seguida apresentaram suas demandas publicamente reivindicando seu atendimento e procurando apoio em outros segmentos sociais, civis e militares, que apoiavam as reformas de base propostas pelo então presidente João Goulart. Esta postura da AMFNB culminou no episódio da assembleia comemorativa do segundo aniversário de sua fundação, realizada entre os dias 25 e 27 de março de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, quando a crise entre a AMFNB e o

¹¹ Paulo Fernando Santos da Costa, natural da cidade de Rio Grande-RS, ingressou na Marinha no ano de 1961 em Santa Catarina e foi membro da AMFNB até abril de 1964, quando esta teve suas atividades encerradas por ordem da alta administração naval. Neste mesmo ano Paulo Fernando foi expulso da Marinha e voltou a residir na cidade de Rio Grande-RS, onde, segundo ele, continuou a ser “observado” pelas forças repressoras.

Conselho do Almirantado se acirrou de modo definitivo. Sendo considerada então, como um grave atentado contra a hierarquia e a disciplina militares e contribuindo para o golpe civil militar que seria aplicado menos de uma semana depois. O trecho que se segue do discurso do “cabo” José Anselmo dos Santos, proferido no dia 26 de março de 1964 durante a assembleia, denota postura de radicalização da Associação e evidencia também a influência da Revolta da Chibata sobre o movimento dos marinheiros em 1964:

[...] Senhor Presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das Reformas de Base, que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis [...]

[...] Em nossos corações de jovens marujos palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido, o grande Almirante Negro, e seus companheiros de luta que extinguiram a chibata da Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos. Queremos ver assegurado o livre direito de organização, de manifestar o pensamento, de ir e vir. Defendemos intransigentemente os direitos democráticos e lutamos pelo direito de viver como seres humanos. Queremos, na prática, a aplicação do princípio constitucional: “todos são iguais perante a lei”. Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos: reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico que impede até o casamento; não interferência do Conselho do Almirantado nos negócios internos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visam apenas a intimidar os associados e dirigentes da AMFNB [...]

*[...] Iniciamos esta luta sem ilusões. Sabemos que muitos tomarão para que cada camponês tenha direito ao seu pedaço de terra, para que se construam escolas, onde nossos filhos possam aprender com orgulho a história de uma Pátria nova que começamos a construir [...]*¹²

Considero que a Revolta da Chibata teve grande influência sobre os marinheiros da referida associação. Não somente por se tratar de um movimento organizado e conduzido por

¹² Arquivo pessoal do ex-fuzileiro Paulo Novaes Coutinho. Cf. (RODRIGUES, 2004: 109-110).

praças das graduações iniciais da Marinha, mas também, por ter como objetivo principal mudanças estruturais na força naval. Mais especificamente nas questões ligadas aos regulamentos internos, condições de trabalho, salários e ao tratamento dispensado pelos oficiais aos marinheiros. Note-se que passados mais de cinquenta anos desde a Revolta da Chibata até a fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, as demandas eram muito semelhantes, mas o momento político e a forma de atuação dos dois movimentos foram bem distintos.

Cabe ressaltar ainda que, a influência exercida pela Revolta da Chibata sobre o movimento de 1964, não está somente no fato de ambos terem sido estruturados e desenvolvidos por marinheiros, mas também, na coesão que um segmento específico dentro da categoria militar alcançou. Coesão esta que se deu a partir da identificação de interesses comuns e das diferenças na relação com outros grupos, mais especificamente com a oficialidade.

A aplicabilidade dos conceitos

Termos como “classe”, ou ainda, expressões como “luta de classes” ou “sociedade de classes” podem nos proporcionar uma ideia simplista e dicotômica acerca da sociedade capitalista e das relações de produção. Mas ao analisarmos de modo menos superficial algumas concepções marxistas sobre classe e seu processo de formação, é possível perceber a complexidade deste tema e seus desdobramentos desde as teorias de Karl Marx até a contemporaneidade. Não pretendo aqui discorrer de modo mais aprofundado sobre as teorias marxistas, mas me ater à aplicabilidade daqueles conceitos no contexto da mobilização dos marinheiros (1962-1964). Sem deixar de considerar a condição hierárquica daqueles militares na instituição militar e, ainda, o fato de não existir uma relação de produção entre os marinheiros e a oficialidade. Mas sim, uma relação de dominação – corroborada por um regulamento disciplinar – em um espaço onde são estabelecidas relações de trabalho e vivenciadas experiências sociais das mais diversas, tendo em vista o caráter de microcosmo dos navios, como já citado anteriormente.

Partindo então da concepção de Marx, onde os aspectos econômicos são basilares no processo de análise social e, portanto, na própria constituição da classe, podemos considerar que uma classe seria composta por indivíduos que se identificariam a partir da posição que ocupam no processo produtivo. Pois, teriam interesses comuns pelo fato de ocuparem posições semelhantes no contexto das relações de produção e a partir desta posição, esses indivíduos perceberiam também a oposição entre seus interesses e os interesses daqueles que ocupam posições distintas na relação de produção. Deste modo, um operário estaria inserido no proletariado, e no contexto de um comportamento dele esperado em algum momento desenvolveria uma consciência de que era explorado e que somente através da luta contra seu explorador ele e todos aqueles com os quais se identificava, a partir do lugar ocupado no processo produtivo, poderiam se libertar da exploração, alcançando assim sua emancipação. Assim, a luta de classes seria o embate entre explorados e exploradores, ou seja, entre aqueles que têm em sua força de trabalho a única “mercadoria” para vender e aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção.

Mas, neste sentido, podemos nos questionar sobre a aplicabilidade desses conceitos no contexto da mobilização de um grupo que não estabelece, necessariamente, uma relação de produção sob a perspectiva capitalista, como os marinheiros que analisamos no presente artigo. Diante deste questionamento podemos considerar que de fato o aspecto econômico fundamenta as demandas sociais daquele grupo no seio da força naval, mas não as define por completo. Marcelo Badaró Mattos – ao tomar a abordagem de Thompson sobre os motins na Inglaterra oitocentista como referencial para análise de “movimentos sociais movidos por explorados em momentos anteriores ao da situação de classe própria ao capitalismo” (MATTOS, 2008: 141) – nos coloca que este historiador observa naqueles motins “uma regularidade que lhe permite analisar” (MATTOS, 2008: 141) “a cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam nas ações” (THOMPSON, 1998: 204). Este posicionamento vem corroborar a ideia de processo de constituição de classe, onde é possível perceber que a constituição das mesmas não se dá unicamente através da

identificação dos indivíduos “entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente predeterminado” (LENIN, s.d.: 504). Mas, que “num certo sentido, a luta de classes precede a classe social” (RABELLO, 1992: 74), ou seja, que a classe se constitui durante o processo de luta, a partir da identificação entre os sujeitos desse processo, identificação esta que está fundamentada na base econômica, mas que necessariamente se estabelece a partir das experiências de cada um desses sujeitos. Não dependendo de uma relação de produção para ocorrer, mas fundamentalmente de uma relação conflituosa de interesses, alicerçada em aspectos econômicos que são ressignificados com base em fatores sociais, culturais e políticos inerentes a cada sujeito integrante de um determinado grupo social em processo de constituição. Nesse sentido, Maria Aurora de Meireles Rabelo nos afirma que “se a luta constitui a classe como tal, torna-se possível até mesmo falar de luta de classes sem classe social” (1992: 75).

Deste modo, como na mobilização dos marinheiros da AMFNB, considero que o fato de que um grupo de indivíduos ocuparem uma mesma posição no processo produtivo, não constitui fator determinante para que estes venham a constituir-se em uma classe, ou seja, esta constituição de classe se dará no curso de um processo, que se inicia pela identificação de interesses comuns ou semelhantes, isto é, no instante da “classe em si”. Tal identificação somente ocorre por intermédio das relações entre esses indivíduos e entre estes e aqueles com os quais possuem interesses opostos, ou seja, “‘classe’ [...] deriva de processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 2001: 270). Mesmo a “classe em si” deriva de uma condição relacional entre os indivíduos e entre os grupos sociais, não sendo estabelecida ou determinada apenas ao nível de base, conforme o entendimento de Marx. Mas ao considerarmos que existe uma identificação de interesses similares e/ou opostos dentro dos grupos sociais e entre eles, compreendemos que mesmo o estágio da “classe para si”, no processo de formação de classe, não pode desconsiderar aspectos sociais como um todo – culturais inclusive – não se atendo apenas às questões econômicas. Uma vez que, devemos compreender os elementos que constituem ou constituirão esta classe enquanto sujeitos do processo desde o momento em que ainda não se entendem enquanto classe. Neste sentido, podemos voltar a observar a análise de Thompson sobre os

motins na Inglaterra do século XVIII, nos quais ele afirma ser “possível perceber o delineamento das subsequentes formações de classe, bem como a consciência de classe” (MATTOS, 2008: 142).

As transformações pelas quais passam o universo capitalista e, sobretudo, as relações de trabalho e produção na contemporaneidade, apresentam demandas teóricas que as abordagens reducionistas dos conceitos de classe e luta de classes não conseguem atender. Estas abordagens tendem a relacionar, essencialmente, a constituição das classes e a própria luta de classes à relação de produção, ficando as mesmas “reduzidas a um sub-fenômeno do modo de produção” (MATTOS, 2007: 40). Desconsiderando assim, aspectos que permeiam a luta entre determinados grupos sociais, os quais já mencionados anteriormente, e que contribuem sobremaneira no processo de constituição das classes sociais. Este posicionamento fica evidente na colocação de Plekhanov, (1891, apud MATTOS, 2007: 41) ao afirmar que “as forças produtivas à disposição dos homens determinam todas as suas relações sociais [...] e o desenvolvimento das forças produtivas divide a sociedade em classes”¹³.

Acompanhando o entendimento de que a classe não é determinada pelo local na produção ou unicamente por aspectos econômicos. E ainda, que “classe é uma formação tão ‘econômica’ quanto ‘cultural’” (THOMPSON, 2001: 260), na medida em que sua constituição está fundamentada nas relações entre sujeitos e entre grupos sociais, bem como, nas formas como estes interpretam suas realidades e o processo de luta de classes. Podemos compreender que, assim como o processo produtivo, as relações de trabalho são dinâmicas e permeadas de condicionantes fundamentadas na cotidianidade e nas experiências de cada um desses sujeitos sujeito.

Considerações Finais

¹³ PLEKHANOV, G.V. The Materialist Conception of History. 1891. In: MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. Revista em Pauta, órgão da Faculdade DCE Serviço Social da Universidade Estadual do RJ, nº20, 2007.

Neste artigo, busquei, de modo breve, apresentar e debater alguns posicionamentos acerca dos conceitos de classe e luta de classes, bem como, sua aplicabilidade para o entendimento da mobilização dos marinheiros entre os anos de 1962-1964. Historiando sobre o referido movimento de praças da Marinha, procurei apresentar as demandas daquele grupo de militares e o processo que os levou a constituir uma associação que os representasse, mesmo contrariando as determinações do alto comando da força naval brasileira. Acredito que essa mobilização carrega em seu contexto os contornos de um conflito de classes, mesmo em se tratando de um ambiente militar. Pois, o processo de identificação e diferenciação vivenciado por aqueles militares durante o exercício das relações de trabalho com seus superiores hierárquicos, teria propiciado sua mobilização na busca pelo atendimento de suas demandas. Culminado em um nível de consciência enquanto grupo social alcançada, especialmente, pelos membros da AMFNB. Considero ainda que, os conceitos analisados neste artigo ainda se constituem em ferramentas demasiadamente úteis para a compreensão da sociedade capitalista e das relações sociais que nela se estabelecem.

Por fim, como já citado anteriormente, ressalto que as relações de trabalho e produção nos dias atuais são demasiadamente dinâmicas. Mas em dados momentos presenciemos grupos sociais dos mais diversos se mobilizando enquanto classe trabalhadora, ou ainda, como no caso analisado no presente artigo, parcelas de categorias profissionais passam a se identificar de modo específico dentro das mesmas. E a partir deste momento, passam a enfrentar aqueles grupos que se apresentam com interesses opostos aos seus ou em uma posição de dominação ou exploração evidenciada durante as relações estabelecidas entre os mesmos. Neste contexto, apresenta-se a necessidade de se aprofundar o debate teórico acerca dos conceitos de classe e luta de classes de modo a cada vez mais torná-los adequados a abarcar questões socioculturais, tão presentes na sociedade capitalista contemporânea. Considerando o aspecto econômico de maneira mais ampla, não apenas como o lugar na produção ou a relação produtiva em si, mas buscando sempre considerar os diversos elementos envolvidos no processo de formação das classes sociais enquanto parte integrante dos sujeitos no processo histórico e social.

FONTES

Entrevistas

- “Entrevistado A” (ex-marinheiro) - Entrevista realizada pelo autor, em 21 de novembro de 2013, nas dependências do Núcleo de História Regional, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, no bairro Centro, cidade de Pelotas-RS.
- Paulo Fernando da Costa (ex-marinheiro) - Entrevista realizada pelo autor, em 02 de novembro de 2013, na residência do entrevistado no bairro Cassino, cidade de Rio Grande-RS.

Livros de Memória

- CAPITANI, Avelino Biden. **A rebelião dos marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- DUARTE, Antônio. **A luta dos marinheiros**. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

Jornais e Periódicos

- Diário de Notícias, 25 mar. 1964.
- O Globo, 28 mar. 1964.

Internet

Associação dos Taifeiros da Armada: <http://www.taifeirosdaarmada.org.br/estatuto.pdf>. Consultado em 27 de jul. 2014.

Legislações

BRASIL. DECRETO Nº 28.880, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1950. Aprova o regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais.

Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28880-20-novembro-1950-331832-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado em 27 de jul. 2014.

BRASIL. DECRETO 44.061, DE 23 DE JULHO DE 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44061-23-julho-1958-383220-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado em 27 de jul. 2014.

BRASIL. Decreto Nº. 38.010, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1987. Dá nova redação para a Ordenança Geral para o Serviço da Armada.

Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-95480-13-dezembro-1987-446244-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado em 27 de jul. 2014.

BRASIL. Decreto Nº. 95.480, DE 13 DE OUTUBRO DE 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha.

Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado em 27 de jul. 2014.

BRASIL. Decreto Nº. 22.070, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1932. Aprova o Regulamento do Conselho do Almirantado.

Disponível: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151878>. Consultado em 28 de jul. 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010.

GANDRA, Edgar Ávila. *O cais da resistência. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969*. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.

HOBSBAWN, Eric J. *Mundos do Trabalho*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LENIN, V.I. *Una gran iniciativa*. In: Obras escogidas. Moscou: Progreso, s.d. Lições de filosofia marxista-leninista. Metodologia. Moscou: Edições Progreso, 1984, (1ªed. 1975).

MATTOS, Marcelo Badaró. *Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual*. Revista em Pauta, órgão da Faculdade DCE Serviço Social da Universidade Estadual do RJ, nº20, 2007.

_____. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

RABELO, Maria Aurora de Meireles. *O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais*. História & Perspectivas, Uberlândia, vol.6, jan./jun. 1992, p.67-88.

RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, Edward P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1984.

_____ *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____ *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.